



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

## **RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO**

**ILMO. SR. LUÍS CEZAR CONTRERAS**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 097/2021**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 007/2021**

**MEDEIROS & FARIA - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 41.597.900/0001-45, com sede na Avenida Guaíra, n.º 334, Zona 07, Maringá/PR, CEP 87020-050, por seu sócio administrador e representante legal infra assinado, sr. Diorginy Gonçalves de Faria, portador do RG sob o n.º 12.821.205-1 e CPF sob o n.º 097.642.739-71, vem, com fulcro no art.109 da Lei n.º 8666/93, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação em face da irregular habilitação da empresa **E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.154.042/0001-90, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

## I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou habilitada a licitante E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA, mesmo essa não apresentando a Certidão Simplificada da Junta Comercial e a Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, ambas exigidas em Edital, além de apresentar declaração de microempresa com assinatura do contador sem autenticidade ou com reconhecimento de firma, conforme exigida em Edital.

Ocorre que essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

## II – DAS RAZÕES DA REFORMA

### a) Não apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial.

O Item 3.3.I.f do Edital é claro quanto à exigência da Certidão Simplificada da Junta Comercial:

Nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também, DECLARAÇÃO (assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa com firma reconhecida) (anexo X), **e Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida até 60 (sessenta) dias da abertura do envelope de propostas.** (grifo nosso).

Mesmo o instrumento convocatório quanto à exigência, a licitante E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA não apresentou o referido documento no interior dos documentos de habilitação.

Ocorre que a mesma apresentou no envelope de habilitação apenas uma notícia de que os sistemas da Jucepar fecharam durante o recesso de fim de ano, situação essa que não se aplica quanto à emissão de Certidão Simplificada da Junta Comercial, pois tal emissão independe de operador ou fechamento do sistema, pois a mesma ocorre instantaneamente no dia útil seguinte ao pagamento da respectiva taxa do documento, com base nos registros documentais da empresa na Jucepar.

Deste modo, se a licitante concorrente não teve o devido planejamento e preparo para a licitação em questão emitindo com antecedência a referida certidão em comparação a essa recorrente que seguiu à risca a emissão com antecedência de documentos e os prazos exigidos no Edital, o princípio da isonomia não deve ser ferido.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Como é amplamente sabido, o licitante deve tomar todas as precauções e os cuidados necessários para verificar se os arquivos enviados à Administração encontram-se em perfeitas condições e sem falhas. Aos licitantes incumbe a responsabilização pelos seus atos (promovidos por prepostos ou pelos próprios sócios) e pelos documentos apresentados, independentemente de sua forma (documentos físicos ou eletrônicos). Não cabe a Administração a responsabilidade de corrigir eventuais falhas no envio dos arquivos ou problemas na sua abertura, pois essa responsabilidade é única do particular.

Como se não bastasse, erroneamente e desrespeitando a vedação prevista em lei, a Comissão de Licitação, audaciosamente à vista da legislação, emitiu para a Certidão Simplificada da Junta Comercial da empresa concorrente após a abertura dos envelopes, durante a sessão, utilizando-se dos acessos pessoais da empresa.

Tal fato constou em ata:

de solicitação da certidão. O presidente da CPL indagou o representante da empresa E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTAO LTDA, onde o mesmo alegou que o documento estaria a disposição no site da Jucepar. O Presidente efetuou diligencias junto ao site da junta e o documento estava disponível. O documento solicitado no item 3.3. II-Habilitação Fiscal, alínea 'f'

E, além disso, como se pode verificar, a certidão foi emitida às 09:37:37 do dia 29/12/2021, ou seja, mais de uma hora e meia após o prazo limite para protocolo dos envelopes:

<b>Dados do Administrador</b>		<b>CPF</b>	<b>Término do mandato</b>
Nome ELIDA MAIARA SILVA DE OLIVEIRA		367.793.358-78	Indeterminado
<b>Último Arquivamento</b>	<b>Número</b>	<b>Ato/eventos</b>	<b>Situação</b>
Data 13/08/2021	20215329449	090 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	ATIVA Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 29/12/2021, às 09:37:37 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código OHG6XZE5.

  
PRC2109664620

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
Secretário Geral



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Sem qualquer motivação ou razoabilidade, diante desse ato de emitir o documento para a concorrente e inserir documento posterior à fase de habilitação fere o princípio da isonomia, pois confere tratamento diferenciado à outra licitante, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

De acordo com a Lei 8666/93 artigo 43 § 3º só é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, porém **é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta** (grifo nosso).

A inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos. Infelizmente, aqui esse não é o fato.

Não está o §3º, art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, vedando toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. O que dali se entende é que não é permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. Neste caso, como a referida Certidão Simplificada da Junta Comercial foi disponibilizada e emitida sistemicamente depois do horário limite para protocolo de envelopes e sessão da licitação, aí sim houve burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento. Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: “Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. **De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais** e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicamente, decidiu criar. **A isonomia há de ser expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...**” (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg. 92). (grifo nosso).

Ora, se o princípio da isonomia é um dos principais requisitos a se observar em uma licitação, claramente deve ser inabilitada a concorrente E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA, posto que não foram cumpridas as exigências de habilitação. Exatamente nesse sentido formou-se a orientação adotada pelo TCU no Acórdão nº 955/2012 - Segunda Câmara:

A isonomia é o princípio norteador das licitações públicas. **Mais do que a economicidade e até mesmo da supremacia do interesse público, a isonomia deve prevalecer sobre todos os outros princípios em todo ato de licitações públicas. Não se pode adquirir um bem por um preço aparente igual à metade daquele do mercado sem antes garantir isonomia e oportunidades iguais a todos os fornecedores do produto ou serviço comum.** Para se confirmar essa conclusão basta que se leia o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República e o artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93: (...)” Depois de garantida a isonomia, a Administração Pública deve selecionar a proposta mais vantajosa. **Os demais princípios do artigo 3º da Lei 8.666/93 devem ser seguidos em qualquer atividade pública, mas o norte da licitação é o princípio da isonomia por que assim foi determinado pela Constituição da República naquele inciso XXI do artigo 37 que rege toda a Lei de Licitações. Por conta do princípio de igualdade, a Administração não pode deixar de aplicar regra pré-estabelecida em nome de outra que estabeleça desigualdades de tratamento entre concorrentes.** (grifo nosso).

Além do entendimento da maior Corte de Contas do Brasil, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) continuamente alerta em suas decisões sobre a importância dos seus jurisdicionados respeitarem o princípio da isonomia:

### **Municípios devem ter cuidado com isonomia em licitações**

**O edital de licitação, seja para compra de produtos ou contratação de serviços, deve atender ao princípio da isonomia, regra básica do processo licitatório.** O descumprimento afronta os artigos 3º, Parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02 (que regulamenta o Pregão Eletrônico).  
(...)



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

A Lei de Licitações estabelece, em seu artigo 3º, que "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia", sendo vedado aos agentes públicos "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo". (disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/municipios-devem-ter-cuidado-com-isonomia-em-licitacoes/2381/N> último acesso em 04/01/2022) (grifo nosso).

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim", para o administrador público significa "deve fazer assim". (in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p.86).

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra). (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p. 06).

Pode-se destacar também a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela próprias lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

“é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)”. (grifo nosso).

O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital com o art. 41, §2º, da Lei 8.666: *“Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo”* (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que *“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação”* (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305)”.

Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:





**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. **Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.** (grifo nosso).

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): *"Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento"*.

O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

"Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) **O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido,** inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. **Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada.** Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)"(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia". (grifo nosso).



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: “Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.

Decisões recentes reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos:

Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS.** DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (grifo nosso).

Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS **FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.** PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (grifo nosso).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e aos princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao edital, tem-se por inequívoca a revisão do ato administrativo.

**b) Não apresentação de Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.

Acontece que, novamente, a administração municipal não seguiu a legislação e os princípios que a norteiam. O item 3.3.II.f do Edital exigiu “*Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF*”. Por outro lado, a concorrente, novamente, não apresentou tal documento e mesmo assim foi habilitada.

Em ata, a Comissão de Licitação alegou que a mesma foi dispensada por conta que a empresa supramencionada apresentou o Certificado de Cadastro do Município, senão vejamos:

documento estava disponível. O documento solicitado no item 3.3. II-Habilitação Fiscal, alínea ‘f’ “Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF” o documento não foi apresentado, sendo substituído pelo CRC do Município, emitido em 23/12/2021 com a referida certidão vigente. Todas as empresas foram habilitadas e enquadradas

Ocorre que tal prática também não respeitou a Lei de Licitações. A Lei 8.666/93 é clara no seu Art. 32., § 3º:

A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, **desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.** (grifo nosso).



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Destarte, em análise minuciosa ao Edital, constata-se que o mesmo, em nenhuma seção, previu a possibilidade de substituição da documentação de habilitação pelo CRC. Questiona-se à ilustre Comissão de Licitação: onde está previsto no Edital a possibilidade de substituição de documento faltante pelo CRC? Se a lei exige a previsão, qual foi a motivação legal para aceitar o documento?

A lei é clara e objetiva neste sentido. Para substituir no documento, além de obedecer a legislação, deve também se prever no Edital. A previsão no edital não é facultativa, é obrigatória. A conjunção “e” após o “desde que previsto no edital” é aditiva, ou seja, não permite alternância de faculdade ou oposição para apresentação, mas sim obrigatoriedade. É união entre duas ou mais orações com a intenção de exprimir ideia de acréscimo ou adição de uma informação. Isso é regra básica de português para interpretação.

Não suficiente, é de suma importância a previsão legal do artigo 3º, art. 41 e art. 55, XI, todos da Lei Federal 8.666/93, que dispõem que a Administração está estritamente vinculada ao edital convocatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.”

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

A Administração tem o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas.

Tal princípio não é mera conveniência ou simples prerrogativa legal que pode ser facilmente descartada. Jamais poderia se falar no desrespeito a tal princípio, este está atrelado a, praticamente, todos os demais princípios arrolados pela legislação, doutrina e aceitos pela jurisprudência, a Isonomia e o Julgamento Objetivo são exemplos de princípios adstritos diretamente àquele.

O próprio instrumento convocatório torna-se lei no certame ao qual regulamente, é impossibilitado que as cláusulas sejam descumpridas por qualquer uma das partes, seja a Administração, sejam as empresas participantes.

É impossível a execução de um certame sem que seja observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sem este jamais poderá ser alcançado o julgamento objetivo. No mesmo passo, também será impossível atingir o princípio constitucional da Isonomia, que estabelece a igualdade de condições entre os participantes.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem como finalidade principal evitar que administradores realizem análise de documentos de habilitação de forma arbitrariamente subjetiva, o que pode viabilizar o direcionamento do contrato em defesa de interesses pessoais ou de terceiros, em total contrariedade com o princípio da isonomia entre os licitantes e demais princípios da administração pública como moralidade, impessoalidade, legalidade e afronta ao interesse público.

O que se almeja é, nos dizeres do eminente Celso Antônio, “impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou propósitos pessoais dos membros da comissão julgadora” (Celso Antônio, 1998, p. 338).



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

c) **Ausência de autenticidade ou reconhecimento de firma na assinatura do contador na declaração de microempresa.**

Novamente, outra exigência do Edital não foi respeitada no momento de habilitação da concorrente. Desta vez no que se refere ao Item 3.3.I..f:

Nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também, **DECLARAÇÃO (assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa com firma reconhecida)** (anexo X), e Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida até 60 (sessenta) dias da abertura do envelope de propostas. (grifo nosso).

Mesmo sendo obrigatória a assinatura do contador da empresa com firma reconhecida, a mesma não foi apresentada, conforme demonstrar-se-á a seguir.

O documento apresentando, além de não ter autenticidade da assinatura, também não teve o seu reconhecimento de firma:



Como não se basta, erroneamente, foi apresentado o documento assinado digitalmente, o qual perde a sua validade e autenticidade quando impresso, conforme a Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e Lei nº 14.063/2020.



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Novas tecnologias trazem inovação em diversas áreas uma delas é a assinatura digital. É uma técnica que utiliza criptografia para conferir segurança e integridade a documentos eletrônicos. Devido a migração de grande parte dos arquivos de diversas áreas do mercado para o ambiente digital, surgiu a necessidade de autenticar todo esse volume de informações, da mesma forma com que as assinaturas validam contratos e outros conteúdos em papel.

Por outro lado, ocorre que a sua representação impressa é que não possui validade. A validade do certificado digital ICP-Brasil possui um espectro de atuação bem definido: para o documento nascido eletrônico e enquanto se mantenha eletrônico. O documento impresso, oriundo do eletrônico assinado digitalmente, possui regência jurídica própria e diferente do seu original, qual seja: a de uma simples manifestação de vontade, que, se exigido, deverá seguir a legislação específica (um reconhecimento de firma, por exemplo, efetuado nos Tabelionatos de Notas, conforme previsto no Edital).

Existe, entretanto, uma situação bastante específica – e cada vez mais comum: o documento impresso que mantenha a sua versão original em formato eletrônico. Tal assim ocorre quando, por exemplo, o documento de posse da pessoa – geralmente em papel – faz expressa remissão a um outro, que se encontra na base eletrônica de dados do titular e pode ser acessado mediante a digitação de um código de autenticação constante no documento físico, que servirá apenas para que se possa acessar o documento original eletrônico. O que novamente não se aplica ao presente caso.

Ademais, a assinatura física constante no documento não teve a sua firma reconhecida, conforme o Edital exige. A mesma até poderia ser dispensada no ato da licitação, desde que respeitada a legislação vigente, o que de fato, de novo, não ocorreu. Veja-se a Lei de Desburocratização nº 13.726/2018:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, **confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento:** (grifo nosso).



**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

Diante à legislação, novamente não houve respeito à legalidade. A contadora responsável pela assinatura não esteve presente na sessão e tão pouco foi apresentado um documento seu de identidade para comparação da assinatura pelo agente público. Ao contrário da concorrente, o contador dessa recorrente que seguiu estritamente o edital e a legislação, para fins de exemplo, esteve presente na sessão e ainda apresentou o seu documento de identidade para comparação de assinatura.

Mais uma vez os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia são desrespeitados.

Na lição da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a consequência da inobservância deste princípio importará no descumprimento “dos princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo, com base nos critérios fixados no edital”.

No magistério do professor José dos Santos Carvalho Filho, se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade da administração, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Nessa linha, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts.3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no Edital, igualmente submetida às disposições do instrumento convocatório.





**TRIUNFAR LICITAÇÕES**

Assessoria & Consultoria

### III – DOS PEDIDOS

DIANTO DO EXPOSTO, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa E M S DE OLIVEIRA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira legalidade e justiça.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo, sendo mais especificamente ao Prefeito Municipal, ao Responsável do Controle Interno, e ao Procurador Jurídico para manifestação de subsídio da decisão.

Termo em que,

Pede e espera deferimento.

Maringá-PR, em 05 de janeiro de 2022.

Diorginy Gonçalves de Faria

Sócio Administrador / Representante Legal